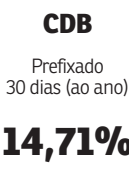
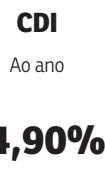


Dólar	Últimos
3/março	5,265
4/março	5,218
5/março	5,287
6/março	5,243



Inflação	IPCA do IBGE (em %)
Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33

MERCADO DE TRABALHO

Comissão da Câmara realiza, hoje, primeira reunião para decidir a proposta que muda a carga horária do trabalhador. Ministro do Trabalho é aguardado para defender o projeto, que tem como relator o oposicionista Paulo Azi (União-BA)

CCJ começa o debate sobre escala 6 x 1

» WAL LIMA

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, será o primeiro convidado da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, para discutir, hoje, o fim da escala 6x1. Essa será a primeira reunião sob o comando do relator Paulo Azi (União-BA).

A expectativa para a audiência é que Marinho mantenha o discurso defendido na II Conferência Nacional do Trabalho, realizada em São Paulo, no último dia 3 de março, quando ele defendeu a construção de um amplo diálogo entre trabalhadores e empregadores juntamente com o Governo para viabilizar a aprovação da pauta no Congresso Nacional.

Embora defenda o diálogo, Marinho tem posição clara a favor da redução. Para ele, a economia brasileira, atualmente, possui condições para avançar na redução da jornada máxima de trabalho de 44 para 40 horas semanais, classificando a medida como um passo decisivo rumo ao fim da escala 6x1. “É evidente que a redução da jornada de trabalho gera impacto nos custos das empresas. Mas, seguramente, pode melhorar de forma determinante o ambiente de trabalho e as condições de vida das pessoas. E temos que apostar no ganho de produtividade

que vem com investimento em tecnologia, em conhecimento e com o prazer no trabalho”, afirmou o ministro à época.

Pela proposta, no entanto, a redução será realizada de forma gradual, iniciando com 42 horas em 2027 e somente em 2028 chegando à meta das 40h de serviço em regime 5x2.

Para o debate de hoje, espera-se argumentação forte, de ambos os lados. A deputada Erika Kokay (PT-DF) destaca que a pauta é “uma das urgências que devem estabelecer na Casa a necessidade de eliminar a jornada 6x1”. Apenas dois dias após o Dia Internacional da Mulher, a petista ainda pontua que, no caso das mulheres, “a escala não é 6x1, mas 7 a 0”. “É uma construção de gênero que estabelece os espaços privados, os espaços domésticos e os cuidados domésticos como exclusividade das mulheres”, pontuou Kokay.

Do outro lado, Bia Kicis (PL-DF), diretora da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM), defende que o debate passa pela discussão sobre modernização das condições de trabalho e crítica o custo elevado de contratação no Brasil.

“Precisamos buscar soluções inteligentes, com jornadas mais flexíveis e adaptadas à realidade de cada setor. Ao mesmo tempo, é preciso enfrentar um grande problema: um Estado caro,

Foto: Matheus Itacaraby / MTE



Marinho defende que a proposta deve ser construída com negociação coletiva entre trabalhadores e empresas

burocrático e que pesa sobre quem trabalha e quem contrata”, defendeu a deputada.

A FPLM defende um modelo de jornada “baseado na liberdade de negociação, geração de empregos e segurança jurídica”.

“A Frente enfatiza que não é contrário ao debate sobre o tema, pelo contrário, apoia mudanças responsáveis que ampliem oportunidades e assegurem proteção efetiva ao trabalhador, sem prejudicar empregos e renda”, diz a frente em nota.

Entidades

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula que a redução da jornada 6x1 pode proporcionar um aumento de custos empresarial em até R\$ 267



É preciso enfrentar um grande problema: um Estado caro, burocrático e que pesa sobre quem trabalha e quem contrata”

Bia Kicis (PL-DF), deputada federal

bilhões ao ano. “Com empregados formais na economia, o equivalente a um acréscimo de até 7% na folha de pagamentos. E vai além, “caso as horas não sejam repostas, a redução do limite semanal resultará em queda da atividade econômica”, cita um estudo da entidade.

Em outra análise, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) afirma que a medida vai gerar um impacto em aproximadamente 631 mil empregos formais, podendo ainda elevar o preço dos produtos consumidos pela população em até 13%, pois, a alteração da legislação vai resultar em uma elevação de custos na ordem de R\$ 122,4 bilhões por ano, no comércio.

»Entrevista | PAULO AZI | DEPUTADO FEDERAL (UNIÃO-BA)

"Não adianta melhorar a vida e prejudicar o emprego"

» DANANDRA ROCHA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados inicia, hoje, o debate sobre a proposta de emenda à Constituição que pode alterar a jornada semanal de trabalho no país e acabar com a escala 6x1. Relator da matéria, o deputado Paulo Azi (União-BA) afirmou ao Correio que a discussão precisa equilibrar dois pontos sensíveis: ampliar a qualidade de vida dos trabalhadores sem comprometer o nível de emprego. A audiência pública marcada para as 14h contará com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que apresentará a posição oficial do governo sobre a proposta.

Quais são os principais pontos que o senhor pretende analisar no relatório sobre a proposta que trata do fim da escala 6x1?

iniciaremos uma discussão ouvindo o Ministro do Trabalho (Luiz Marinho), que fala pelo governo. O objetivo é saber exatamente quais pontos o governo defende e se eles possuem sugestões de alteração em relação ao texto que está sendo apreciado. Queremos entender em quais condições o governo se coloca para discutir possíveis mudanças; em resumo, o foco é ouvir a posição oficial do governo sobre o assunto.

Como o senhor avalia esse tema, que está bastante

polarizado neste ano eleitoral, principalmente na Câmara dos Deputados e em relação ao governo?

Todos temos a noção de que este é um tema de grande repercussão nacional, pois envolve a vida de milhões de trabalhadores e tem reflexos diretos no nível de emprego e no setor produtivo. O fato de estarmos em um ano eleitoral impulsiona a discussão para que se busque responder à sociedade com uma proposta passível de votação e aprovação. Contudo, temos ciência dos riscos de que isso se transforme unicamente em uma pauta política eleitoral usada de forma demagógica. O desafio é construir uma discussão responsável, mesmo em um período eleitoral.

O setor produtivo tem demonstrado preocupação com possíveis impactos econômicos. Como equilibrar a melhoria das condições de trabalho com a necessidade de manter a competitividade das empresas?

Essa discussão surgirá fatalmente à medida que as audiências públicas ocorrerem e as diversas preocupações chegarem oficialmente à comissão. Neste primeiro momento, a avaliação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ocorre sob o aspecto regimental e constitucional, analisando se a PEC atinge alguma cláusula pétrea que impediria sua tramitação. As questões de mérito serão analisadas em um segundo momento, caso

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



a proposta seja aprovada na CCJ. É inevitável que as discussões de mérito também ocorram agora devido à importância do debate. Nossa ideia, considerando que a matéria tramite e seja aprovada na CCJ, é indicar caminhos para que o debate seja aprofundado na comissão de mérito, permitindo uma noção perfeita das repercussões e das ações necessárias para mitigar seus efeitos.

Há espaço para um modelo intermediário, como a redução gradual da jornada, ou o debate caminha para uma mudança mais ampla no regime de trabalho atual?

A discussão se inicia sobre o que foi proposto: a redução da jornada

de 44 para 36 horas e a mudança da escala de 6x1 para 4x35. Embora a discussão parta dessa base, nada impede que ocorram alterações na proposta inicial. No entanto, ainda não é possível definir qual será o modelo final que será construído e aprovado pela comissão e, futuramente, pelo plenário da Casa.

Quais setores da economia podem ser mais afetados caso haja alteração na jornada semanal de trabalho no Brasil?

Entendo que os setores mais afetados serão aqueles que possuem a mão de obra como um insumo decisivo na composição de seus custos de produção. Isso inclui microempresas, todo o comércio varejista, os setores

de bares, restaurantes, eventos e o setor de serviços como um todo. Toda atividade que tenha um peso grande da mão de obra em seus custos sentirá um impacto maior.

As audiências públicas previstas na CCJ devem influenciar diretamente o conteúdo do relatório ou o texto-base da proposta já está relativamente consolidado?

O texto inicial é voltado a questões de ordem constitucional, e nossa equipe técnica já está debruçada sobre essa análise. Durante as audiências públicas, podem surgir questionamentos, inclusive em relação a isso, os quais avaliaremos com cuidado para apontar os caminhos a serem seguidos. Estamos trabalhando na construção do texto, mas atentos a todas as informações e avaliações levantadas no âmbito dessas audiências.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), demonstrou interesse em aprovar esse texto ainda este ano. Na sua avaliação, existe ambiente político na Câmara para aprovar uma mudança constitucional que altere a jornada de trabalho ainda em 2026?

Quem define a pauta é o presidente da Casa, geralmente ouvindo os líderes partidários. Se ele decidir pautar e votar este ano, é bem possível que vá a voto. Contudo, o grau de

difículdade e a viabilidade política só poderão ser mensurados ao longo do tempo, agora que os debates efetivos começaram. Precisamos sentir o apoio à proposta e às dificuldades pelo caminho. A partir daí, teremos uma noção clara da viabilidade de construir uma proposta com amplo consenso social; havendo esse consenso, haverá condições de apreciar o tema no plenário ainda este ano. Caso o consenso não seja construído, caberá ao presidente decidir se, naquelas circunstâncias, o projeto deve ser colocado em votação.

Na sua avaliação, o fim da escala 6x1 pode realmente melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores sem provocar aumento de custos e redução de empregos, como argumenta parte do setor empresarial?

A redução da jornada de trabalho é uma pauta histórica dos trabalhadores no Brasil e no mundo, sendo discutida em diversos países atualmente. É negável que permitir ao trabalhador mais tempo com a família e lazer melhora sua qualidade de vida. O desafio é fazer isso sem admitir a redução salarial e, ao mesmo tempo, protegendo os setores que serão mais impactados. Não adianta promover uma ação que traga benefícios, mas que atinja o nível de emprego, pois não há trabalhador sem emprego. Melhorar a qualidade de vida é fundamental, assim como proteger os empregos no país.